

Pico lança o primeiro espumante certificado com Denominação de Origem Controlada

A Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico (CVIP) acaba de lançar o primeiro espumante certificado com Denominação de Origem Controlada (DOC).

O vinho base para este espumante foi feito exclusivamente com a casta Terrantez do Pico e fermentou em depósito de inox.

A segunda fermentação foi em garrafa pelo método clássico a 14 graus centígrados Degorgement feito em Dezembro de 2019.

Nas notas de prova, apresenta-se com bolha muito fina e persistente.

É um espumante que não consegue esconder a sua origem. As notas de algas do mar, iodo e maresia confundem-se com alguma panificação resultante do estágio com as leveduras livres durante 3 anos em garrafa.

Na boca a bolha é muito elegante, equilibrando e envolvendo a acidez natural refrescante que o vinho tem. Acaba longo e com uma sensação inconfundivelmente salgada.

O enólogo foi Bernardo Cabral e foram produzidas 1.300 garrafas.

Losménio Goulart, Presidente da CVIP, afirma ao jornal picoense Ilha Maior que este vinho insere-se na estratégia da Cooperativa, colocando-a na vanguarda de diversificação de produtos: “Pela primeira vez temos no Pico um espumante certificado. O nosso sucesso passa pela diversi-



ficação de produtos, não em grandes quantidades, mas com opções diferentes que surpreendam e proporcionem um retorno financeiro mais interessante. A nossa aposta tem de se manter nestas vinificações específicas para apresentar produtos diferentes a um consumidor que gosta de vinhos únicos, sem descuidar as nossas marcas de referência e de elevada qualidade, que nos proporcionam maiores vendas”.

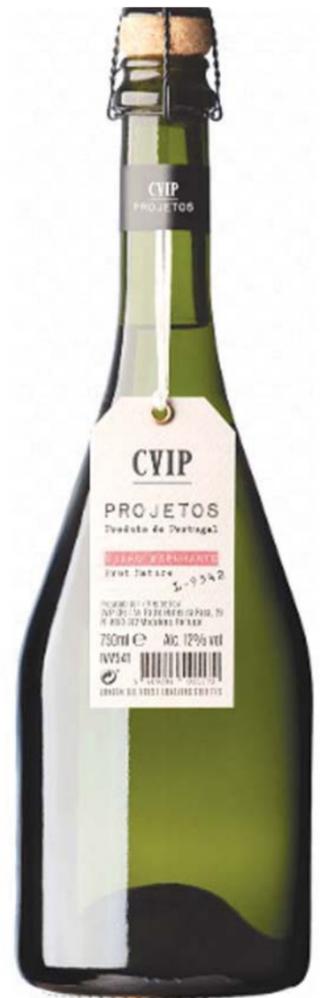
Além do espumante foi lançado na passada semana o vinho branco (A) parecido que resulta da vindima de Arinto na Criação Velha em 2017.

Na altura da vinificação a CVIP estava a iniciar um novo trabalho com o enólogo Bernardo Cabral e para que percebesse a ilha e a diversidade das castas, bem como a diferença entre as diversas origens, procedeu-se ao engarrafamento de um dos lotes produzidos.

Segundo o Ilha Maior, passados cinco anos, o vinho evoluiu de uma forma “surpreendente”, segundo Losménio Goulart, e foi agora colocado no mercado revelando uma grande complexidade e frescura, onde a fruta cítrica e araquá estão envolvidas num perfil que se vai mostrando em diferentes camadas tais como nozes, mineralidade, algas, iodo ou ainda pólvora. Na prova de boca surpreende pela vivacidade e profundidade, terminando muito longo e salgado.

Para encerrar o lote de novidades, a CVIP apresentou uma nova versão do tinto Terras de Lava Reserva desenhado a partir das castas de Merlot e Cabernet colhidas na vindima de 2020.

O vinho estagiou em barricas de carvalho português e francês durante 12 meses, e no entender de Losménio Goulart, dá continuidade ao “sucesso” dos vinhos reserva da CVIP.



Trabalhadores do comércio e escritórios da Terceira manifestam-se contra retrocesso nos seus direitos

Os trabalhadores do comércio e escritórios da ilha Terceira entregaram uma carta com mais de 300 assinaturas ao Presidente do Governo Regional dos Açores, apelando à intervenção do Executivo na negociação do contrato colectivo de trabalho.

“Queremos que alguém nos ouça, que alguém nos ajude. Se a gente tiver de voltar para a rua, a gente vai voltar para a rua. A nossa luta não vai parar. Vamos até ao fim”, afirmou Magda Machado, funcionária de um supermercado na ilha Terceira.

Os trabalhadores do comércio e escritórios já organizaram duas manifestações, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, em Outubro e em Janeiro, reivindicando um contrato colectivo de trabalho digno, com melhores horários e salários.

Na Quinta-feira, duas trabalhadoras reuniram-se, na Horta, na ilha do Faial, com o Presidente do Executivo açoriano, o social-democrata José Manuel Bolieiro, a quem entregaram uma carta com mais de 300 assinaturas, apelando a que tome “as devidas diligências” para impedir um “retrocesso” nos seus direitos laborais.

As duas representantes dos funcionários do comércio e escritórios vão

ainda reunir-se com deputados do BE e dos partidos da coligação de Governo (PSD, CDS-PP e PPM).

Segundo Magda Machado, o Presidente do Governo Regional comprometeu-se a entregar o documento reivindicativo à Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social dos Açores “para um quadro de negociações”.

“Saí com a sensação de que nos vão tentar ajudar, mas fica a dúvida”, adiantou.

No documento entregue ao Chefe do Executivo açoriano, os trabalhadores manifestam “insatisfação, indignação, receio e ansiedade” pela proposta de contrato colectivo de trabalho apresentada pela Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH), para o sector do comércio e escritórios nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa.

“É inadmissível o retrocesso nos nossos direitos que a CCAH pretende instituir e que já nos obrigou a sair à rua, por duas vezes, em sinal da nossa reivindicação pelo nosso direito a usufruir das horas de descanso, pelo direito a estar com a nossa família, ao lazer e pela nossa saúde física e mental”, apontam.

Os trabalhadores acusam a associa-



ção empresarial que quer impor “um horário de trabalho, com regime de adaptabilidade e com banco de horas”, que os “sujeita a 12 horas diárias, 60 horas semanais, 200 horas anuais”, a que acresce “trabalho suplementar, com 200 horas nas micro empresas e 150 nas médias e grandes empresas”.

“Não aceitamos que nos imponham a transferência entre estabelecimentos comerciais, entre concelhos limítrofes, porque nos causa graves prejuízos. Não aceitamos que a entidade patronal possa exigir ao trabalhador a realização de mais horas de trabalho, comunicadas no dia anterior, sem que isso implique a concertação com o tra-

balhador e a devida compensação”, acrescentam.

Os trabalhadores reivindicam ainda a atribuição de subsídio de alimentação e diuturnidades e a valorização das categorias profissionais, rejeitando a aplicação de um período experimental de 180 dias, acima dos 90 permitidos por lei.

O Presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH) avançou, em 3 de Janeiro, que já tinha assinado um contrato colectivo de trabalho com um sindicato, “pautado por uma grande seriedade”, com “cedências de ambas as partes” e “perfeitamente enquadrável na lei geral do trabalho”.

Magda Machado, que é delegada de outro sindicato, disse desconhecer o conteúdo do documento assinado, mas sublinhou que a contra-proposta apresentada pela CCAH representava um “retrocesso total nos direitos laborais dos trabalhadores”.

“Posso ter de entrar às 08h00, faço sete horas de serviço, com duas horas de almoço, com quatro horas para o banco de horas e duas horas de trabalho suplementar, dá 15 horas. E isto pode ser avisado hoje para fazer amanhã”, alertou.